

Moção

Mais e Melhores acessos aos cuidados de saúde no Algarve

João Carlos da Silva Simões, Delegado ao Congresso enquanto Presidente da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Alcoutim e Pereiro, Concelho de Alcoutim e Distrito de Faro, vem sinalizar o grave problema na falta de condições em meios e recursos no acesso à saúde na Região do Algarve

Considerando que:

A Região do Algarve enfrenta, de forma persistente, graves dificuldades no acesso aos cuidados de saúde, designadamente na medicina geral e familiar, nos serviços de urgência hospitalar, nos cuidados continuados e na saúde materno-infantil;

A escassez de profissionais de saúde, em particular médicos e enfermeiros, tem provocado constrangimentos severos no funcionamento de unidades de saúde e hospitais, comprometendo o direito das populações a cuidados de saúde atempados e de qualidade;

O Algarve apresenta especificidades demográficas e territoriais relevantes, nomeadamente uma população envelhecida e um forte aumento sazonal da população residente, que exigem respostas reforçadas e diferenciadas do Serviço Nacional de Saúde;

A ULS do Algarve presta cuidados de saúde aos dezasseis concelhos do Algarve, para uma população de cerca de 467.500 pessoas, número que triplica na época alta, para o qual as infraestruturas instaladas de saúde e os recursos humanos existentes são manifestamente insuficientes.

As Freguesias, enquanto autarquias de proximidade, são diariamente confrontadas com os problemas de acesso à saúde das populações, sendo muitas vezes chamadas a suprir lacunas que extravasam as suas competências e recursos;

O direito à proteção da saúde constitui um direito fundamental consagrado na Constituição da República Portuguesa, devendo ser garantido de forma equitativa em todo o território nacional;

Assim defende-se e propõe-se:

- Que as Freguesias **sejam efetivamente compensadas e reconhecidas** pelo esforço e o contributo diário, que fazem ao Serviço Nacional de Saúde e à Segurança Social no imprescindível apoio aos utentes, em transportes, medicamentos e apoio social.
- **Seja realizado um reforço no investimento em meios recursos na proteção e socorro** para o Algarve, nomeadamente na deficitária urgência pré-hospitalar, nomeadamente na estrutura do INEM e dos Corpos de Bombeiros e em concreto na falta de ambulâncias.
- Que é incompreensível o anúncio por parte da tutela da possibilidade do **encerramento da Delegação do INEM no Algarve**, para a qual

Município de Loulé fez um enorme investimento para servir o Algarve, de cerca de 2 M€ em 2024, substituindo-se ao Estado Central, suportando a construção e o equipamento de um edifício dedicado ao seu funcionamento.

- Que anunciada a decisão para a **construção do Hospital Central do Algarve (HCA)**, seja efetivamente uma vontade e uma realidade e sem mais demoras. As inexplicáveis duas décadas de espera sem qualquer correspondência com as recorrentes promessas políticas dos sucessivos governos. A sua construção acolhe amplo consenso político, como demonstraram na Assembleia da República os vários Projetos de Resolução apresentados pelos vários partidos nomeadamente pelo BE, CH, L, PCP e PS, defendendo a abertura do concurso para a sua construção.
- A **atribuição funcional dos edifícios do (futuro-Velho) Hospital de Faro**, que sejam adaptados e requalificados, aproveitando os equipamentos e recursos existentes em serviços de apoio à saúde e da ação social.
- Que seja uma realidade uma possível **articulação entre o Ministério da Saúde e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e as Freguesias**, reconhecendo o papel destas na identificação das necessidades reais das populações, com vista à celebração de acordos de apoio e de cooperação.
- Que o Governo da República a adote, face à especificidade da região e aos custos de contexto, medidas **excecionais de reforço do Serviço Nacional de Saúde no Algarve**, nomeadamente na valorização e fixação de profissionais de saúde na região de forma a garantir o funcionamento pleno e contínuo dos serviços de urgência hospitalar e dos cuidados de saúde primários, e garantindo médico de família para todos os cidadãos;

Deliberação:

Determinar o envio da presente moção ao Senhor Primeiro-Ministro, à Senhora Ministra da Saúde, à Senhora Ministra Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Administração Central do Sistema de Saúde e à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve.

Assim em nome duma grande maioria das Freguesias algarvias, a quem foi dado a conhecer este documento, é tácito o compromisso na defesa intransigente do direito à saúde, exigindo soluções justas, eficazes e duradouras para as populações do Algarve.

Portimão, janeiro de 2026

João Carlos Simões
Presidente da Assembleia da
União das Freguesias de Alcoutim e Pereiro